

Centenário do Conselho Regional de Lisboa

18 de setembro de 2026 · Lisboa

João Massano

Bastônário da Ordem dos Advogados

Minhas senhoras e meus senhores, caros colegas, é uma honra estar aqui hoje.

Quero começar por acrescentar um agradecimento, em meu nome pessoal, ao Dr. Telmo Guerreiro Semeão, pela homenagem que fez aos Presidentes dos Conselhos Regionais e de Deontologia de Lisboa.

É importante reconhecer que, por muito que possamos ou não concordar com aqueles que nos antecederam, fizeram parte da História e deram o seu contributo. A homenagem a todos eles é muito importante e significativa: quem não reconhece a sua história não é digno de fazer parte dela.

Neste lugar, que tanto me diz e que também é responsável por eu estar onde estou hoje, tenho de agradecer a quem esteve comigo enquanto Presidente do Conselho Regional de Lisboa: a Dra. Ana Dias e a restante equipa. Se aqui estou, devo-o, em grande parte, ao esforço daqueles que comigo colaboraram. Quero salientar, em particular, a nossa resposta durante a pandemia.

O Conselho Regional de Lisboa teve uma resposta exemplar. A passagem do presencial para o online, na área formativa, só foi possível porque tive a meu lado uma equipa que não virou a cara à luta e teve a coragem de enfrentar aquele desafio. Por isso, agradeço-vos. O facto de estar aqui também se deve, em parte, a vós.

Muito obrigado.

Este ano é muito importante para todos nós, Advogados. Quem é membro dos órgãos da Ordem nesta altura tão emblemática tem um privilégio: exercer essas funções quando fazemos cem anos.

Uma instituição não se mede apenas pelo número de anos, mede-se essencialmente pelas pessoas que a construíram, pelas causas que defenderam, pelas dificuldades que enfrentaram.

Celebramos aqui hoje os cem anos do Conselho Regional de Lisboa, no ano em que a Ordem dos Advogados celebra cem anos.

O Conselho Regional de Lisboa nasce escassos três meses após a criação da própria Ordem dos Advogados e ao longo de um século acompanhou não apenas a evolução da Advocacia, mas também algumas das páginas mais importantes da história do nosso país.

Eu queria salientar, em especial, uma pessoa.

Uma pessoa que tinha um sonho, que acalentou durante muitos anos.

Quando chega a Bastonário, já tinha cinquenta anos de profissão e tinha passado grande parte desse período a defender a necessidade da existência de uma Ordem dos Advogados.

O Bastonário Vicente Rodrigues Monteiro foi essa pessoa que teve a visão e que nos permite estar aqui hoje e que na altura lutou para que estivéssemos aqui e tivéssemos uma Ordem dos Advogados.

Foi também o último Presidente da Associação dos Advogados de Lisboa, que depois veio a dar origem ao Conselho Regional de Lisboa, e o primeiro Bastonário da Ordem dos Advogados.

E por isso, peço uma salva de palmas para o senhor Bastonário Vicente Rodrigues Monteiro.

Eu recordo que o Conselho Regional de Lisboa, quando começou, não tinha sede própria, reunia em espaços cedidos por outras instituições e funcionava no dia a dia no próprio escritório do Advogado Secretário e tinha só um funcionário.

Só tinha a missão, não tinha meios.

Hoje em dia parece absurdo pensar nisso quando temos um edifício praticamente dedicado ao Conselho Regional de Lisboa, com dezenas de trabalhadores.

Nos anos trinta, uma das principais preocupações era a defesa da dignidade da classe e do trabalho dos Advogados, nomeadamente daqueles que acompanhavam presos na cadeia do Limoeiro, onde hoje temos o CEJ, Centro de Estudos Judiciários.

Um Advogado não pode ser amordaçado, como aqui já foi dito, porque amordaçar um Advogado é amordaçar o cliente que protege e que defende.

E o cidadão não pode nunca, jamais, ser deixado desprotegido perante um Estado que muitas vezes não respeita os seus direitos.

Disse também o Bastonário José Barbosa de Magalhães que há leis boas e leis más e que custoso, por vezes doloroso mesmo, é obedecer a estas.

Mas as leis não são eternas e quando más, há que reformá-las ou lutar pela sua revogação ou reforma.

Um Advogado perante a lei tem obviamente que cumpri-la, mas nunca pode deixar de a discutir.

A defesa da dignidade profissional não fica limitada às questões estritamente corporativas.

Durante o Estado Novo, quando alguns dos próprios Advogados eram perseguidos e presos por razões políticas, o Conselho Regional de Lisboa e a Ordem dos Advogados intervieram para que pudessem ser tratados com dignidade e para que pudessem assegurar a defesa dos seus clientes e de todos aqueles que necessitavam da Advocacia.

Diria que, naquela altura, houve quem tivesse de escolher entre o silêncio e o risco.

A Ordem dos Advogados escolheu sempre o risco.

E se um dia for preciso voltar a fazê-lo, esperemos que não, tenho a certeza que dentro da Ordem dos Advogados haverá quem se erga contra aqueles que tentarem destruir o nosso Estado de Direito Democrático tal qual o conhecemos.

Não é segredo para ninguém que o Conselho Regional de Lisboa tem vindo a afirmar-se como uma entidade credível e respeitada na área da formação, porque é essencial que a formação seja bem dada e cada vez mais que os Advogados tenham qualificação.

A Advocacia discutiu o seu futuro muitas vezes.

Estamos outra vez numa fase em que, como vimos aqui no debate que antecedeu, estamos perante uma encruzilhada, perante uma decisão.

Essa decisão passa por saber que Advogados queremos ser.

Não é uma questão daqui a dez anos, daqui a vinte anos. Não, é uma questão que tem que ser respondida já.

Para isso, temos dois problemas fundamentais. E já vou aí, já.

Mas primeiro, gostaria de lançar aqui o repto.

O Conselho Geral criou uma comissão para a revisão do estatuto, para a apresentação de uma proposta.

Essa proposta pretende ser uma resposta da classe, de toda a classe, não é só uma resposta do Conselho Geral.

Estamos neste momento a trabalhar nessa proposta.

Esperamos poder divulgá-la publicamente até ao final do ano, perante todos os órgãos e todos os Advogados. Queremos que todos tenham uma palavra a dizer e que esta proposta de Estatuto responda à pergunta: que Advogados queremos ser no futuro?

A profissão não é igual.

Já aqui foi dito que qualquer Advogado, quando recebe um cliente, esse cliente já vem com duas ou três respostas, já perguntou a duas ou três ferramentas de inteligência artificial.

Isso implica que o Advogado necessariamente tem que trabalhar várias vertentes para além da vertente técnica.

E aí estará o futuro da profissão, eventualmente.

A forma como conseguir adaptar-se, como conseguir ligar-se às pessoas, determinará o futuro da profissão.

O Advogado tem cada vez mais que ser alguém que escuta, alguém que se coloca no lugar do outro.

A nossa base, a nossa missão, é defender o cidadão e perceber os seus problemas.

Isso só se consegue com empatia e percebendo os problemas das pessoas e muitas das vezes chegar ao fim de uma reunião e perguntar: o que é que houve de técnico nesta reunião?

Se calhar, nada. Se calhar, as pessoas só precisavam de alguém para desabafar.

O que implica que, se calhar, teremos que ser também psicólogos, por exemplo, entre outras características.

Eu diria que a Ordem, relativamente à inteligência artificial, tem um problema.

Porquê?

Porque apesar de tudo o que se diz, e eu concordo com grande parte do que se diz, não podemos ignorar que é diferente estar numa grande sociedade ou estar em prática individual.

Não é o mesmo.

É diferente ter acesso ao Legora ou Harvey ou ao ChatGPT versão gratuita.

Não é igual para todos o acesso. Não há verdadeiramente uma democracia.

E isso explica as alucinações que surgem em peças processuais e que têm que ser, obviamente, evitadas.

É a Ordem que tem de assumir esse papel: disponibilizar as ferramentas e garantir a sua segurança e fiabilidade.

Tenho defendido e continuarei a defender a necessidade de haver uma ferramenta de inteligência artificial para a justiça.

Já o disse várias vezes, tenho falado com a magistratura.

Temos aqui o conselheiro Luís Azevedo Mendes, que é um entusiasta da inteligência artificial e da modernização da magistratura e que tem feito um trabalho fantástico e que sabe que eu tenho vindo a defender isto, porque a justiça não pode ficar nas mãos dos privados.

A inteligência artificial não pode ficar nas mãos dos privados e o Estado tem obrigação de assumir essa defesa da justiça, com a cloud soberana também.

E eu defendo e continuarei a defender uma ferramenta de inteligência artificial do Estado que garanta aos Advogados a fiabilidade dos dados que utiliza.

Só assim poderemos continuar a ser livres e independentes, sem depender do lucro das entidades privadas.

Nada nos garante que os preços que praticam hoje sejam os preços que praticam amanhã.

E isso é um risco que a justiça, na minha opinião, não pode correr.

O futuro passa necessariamente pela inteligência artificial.

Não defendo a não utilização da inteligência artificial, nem poderia. Isso seria parar o vento com as mãos e tal não pode acontecer.

Ao lado da inteligência artificial, enfrentamos hoje também um grave problema no exercício da nossa profissão: os serviços públicos.

É um drama para todos os Advogados lidar com os serviços públicos.

É difícil lidar com serviços de finanças, em que sabemos que a parte da tarde é para agendamentos, porque é a única forma de garantir que saem a horas.

Isto não pode continuar.

O Estado tem que assumir que os serviços públicos existem para servir o cidadão e não para permitir que os funcionários saiam sempre à hora certa.

Não defendo trabalho suplementar, obviamente, mas também não defendo serviços públicos vazios que respondem ao cidadão que não o podemos atender, não obstante não estar aqui ninguém, porque não tem agendamento, como tantas vezes tem vindo a ser relatado e tem vindo a acontecer.

Este é um problema que todos temos que enfrentar.

Falei dos serviços de finanças, mas poderia falar das conservatórias ou da AIMA, a célebre AIMA, que, desde a extinção do SEF, tem causado tantos problemas aos Advogados. Num tempo de inteligência artificial, continuamos a ter Colegas que dormem à porta dos Anjos, por exemplo, para conseguirem uma senha e, pasme-se, consultarem um processo num computador.

Não estamos a falar sequer de consultar o processo físico, é consultar algo que já está digitalizado, mas para isso têm que estar à espera, à porta da AIMA.

Eu diria que, neste momento, nós temos que tomar uma posição e os serviços públicos não podem continuar como estão.

Eu espero que muito em breve venha legislação que altere este estado de coisas e que permita que os serviços públicos voltem efetivamente a ser serviços públicos e não aquilo que existe hoje.

Espero também que a Advocacia assuma o relevo que não tem neste momento nas respostas que os serviços públicos têm que dar aos cidadãos.

É essencial acabar com, por exemplo, serviços que nos fazem concorrência, como o Casa Pronta, que ninguém percebe como é que com notários, Advogados e solicitadores que podem fazer a compra e venda, ainda continuamos a ter o Estado a fazer, em clara concorrência desleal, atos de compra e venda de imóveis.

Isto não pode continuar.

Tenho falado e continuo a defender o fim da empresa na hora.

Por que é que o Advogado não pode estar na fase de constituição de uma empresa? Por que é que tem que ser feito através da empresa na hora?

Não consigo perceber, até porque, como todos sabemos, empresa na hora até pode ser, não sabemos é qual.

Diria que temos muitos desafios, temos muito para ainda percorrer, mas creio que estamos no caminho certo.

Creio que, cada vez mais, a Ordem dos Advogados tem que olhar para o Advogado como um todo e não só como um técnico do direito e por isso não pode ignorar que os Advogados esgotados não podem trabalhar com a mesma eficiência.

E por isso, temos que ajudar os Advogados nessa área e continuar a trabalhar a área da saúde mental na Ordem dos Advogados, porque é uma área fundamental para o equilíbrio do Advogado, cada vez mais.

Arriscar-me-ia a dizer que não é só para o Advogado que é fundamental.

Diria que para todos aqueles que trabalham na Justiça, cada vez mais é um desafio e é fundamental que essa área seja trabalhada de outra forma.

Esperamos, muito em breve também, vou terminar, no prazo de um mês, dois meses, ter a funcionar o apoio automatizado da Ordem dos Advogados na área do apoio aos Advogados, para que as respostas possam ser dadas mais rapidamente e que todos possam contactar mais facilmente o Conselho Geral.

Esperamos também passar a ter o arquivo físico dos DPAs disponível para todos, para que todos aqueles que têm dificuldades de arquivar DPAs possam ter uma resposta da ordem que faça esse arquivo.

Diria que cem anos não são um troféu, são uma dívida.

Celebrar cem anos não significa, por isso, olhar para trás com nostalgia, significa olhar para trás com responsabilidade.

Recebemos uma instituição construída por muitas gerações de Advogados, uma história de serviço à Advocacia e ao Estado de Direito.

Por isso, o nosso compromisso tem de ser preservar o Estado de Direito que conhecemos. As garantias das pessoas têm de ser defendidas e a literacia jurídica tem de ser, cada vez mais, uma bandeira da Ordem dos Advogados. Só um cidadão que conhece os seus direitos pode ser um cidadão consciente e defender-se das arbitrariedades do Estado.

Não vos peço que celebreis os cem anos.

Peço que continueis, que os próximos cem anos encontrem no Conselho Regional de Lisboa e na Ordem dos Advogados a mesma capacidade que demonstraram nestes primeiros cem: saber mudar sem perder aquilo que não pode mudar.

Muito obrigado.